



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: MILTON LEITE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24/04/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Láercio Benko)** – Com a presença dos Srs. Vereadores Laércio Benko e Paulo Fiorilo declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública do ano de 2014. É a 1ª Audiência Pública do PL 176/14 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) link Auditorios On Line.

A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) no link Audiências Públicas Registro Escrito.

Foram convidados a participar dessa audiência a Exma. Sra. Leda Maria Paulani, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; o Exmo. Sr. Marcos de Barros Cruz e o Exmo. Edson Simões.

Peço que, por gentileza, para compor nossa Mesa a Exma. Sra. Leda Maria Paulani, Antonio Paulo Vogel, representando o Exmo. Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário de Finanças e o Sr. Mauro Masahiro, representando o Exmo. Sr. Edson Simões. (Pausa)

Informo que, de plano, passaremos a palavra às autoridades presentes e os interessados em se pronunciarem, por favor, façam suas inscrições junto à secretaria da comissão.

Agradecendo a presença de todos, passo a palavra à Sra. Leda Maria Paulani, DD. Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** - Bom dia a todos. Trouxe aqui uma apresentação rápida sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviado a essa Casa.

Vou descer, pois não consigo fazer a apresentação daqui.

- Apresentação de video.

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** – Esse primeiro slide só insere, mostra o papel da Lei de Diretrizes Orçamentárias dentro do arcabouço jurídico e legal das peças de

planejamento e orçamento das quais, hoje, a Prefeitura dispõe, lembrando que o programa de metas é uma exigência legal, ainda que ele não se transforme em lei. É uma exigência legal por uma emenda feita à Lei Orgânica do Município, em 2007. Ele também faz um apanhado do planejamento, enfim, das ações, atividades e projetos que a gestão pretende fazer no seu período.

Portanto, nosso Programa de Metas é 2013-2016 e a outra peça de planejamento, a longo prazo, que temos é – como todo mundo sabe – o PPA, o Plano Plurianual que, no entanto, tem um período de vigência diferente do programa de metas, pois ele é feito ao longo do primeiro ano da gestão e tem sua validade nos três anos seguintes e no primeiro ano da próxima gestão.

Em paralelo a essas duas peças de planejamento de prazo um pouco mais largo, temos, anualmente, a lei orçamentária anual e, previamente à lei orçamentária anual, temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias que é o projeto de lei que – pela legislação, temos de enviar à Câmara até 15 de abril – e que traz, digamos assim, os princípios, as diretrizes, as normas que deverão reger a elaboração da Peça Orçamentária, a qual deve ser enviada à Câmara até o final de setembro.

Então, aí a gente tem um cronograma com todos os anos envolvidos nesse circuito. Vocês podem ver, está circundado em vermelho, o projeto de lei sobre o qual vamos tratar aqui, hoje.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma previsão constitucional. Sua existência está prevista na Constituição e o seu detalhamento, seu conteúdo, seus anexos etc são dados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a lei do ano de 2000, Lei nº 101.

Estão listados aí os itens básicos dessa lei: a definição da organização da lei orçamentária; disposição sobre o plano de cargos e salários; salários e legislação tributária; regras para o processo orçamentário; e apresentação de metas fiscais.

Nos próximos slides, colocamos alguns destaques do texto do projeto de lei que

enviamos e que estará em discussão, hoje, nessa audiência pública.

O primeiro destaque que julgamos importante é o que está aí: o Projeto de Lei Orçamentária relativo ao exercício 2015, deverá assegurar os princípios da justiça, da participação popular e de controle social, de transparência e de sustentabilidade na elaboração e execução do Orçamento.

Então esses são princípios e diretrizes muito gerais que devem balizar, segundo esse projeto de lei de diretrizes, a elaboração da lei orçamentária anual de 2015.

Outros destaques: a elaboração da lei orçamentária deverá pautar-se pela transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a suas diversas etapas.

Nos parágrafos seguintes, nós objetivamos melhor esse princípio geral.

“§ Primeiro - para assegurar a transparência e a ampla participação popular, durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiências públicas de forma regionalizada e individualizada por Subprefeitura, nos termos do Artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000.

Parágrafo 2º, para discussão da proposta orçamentária, as Subprefeituras organizarão em conjunto com os Conselhos Participativos Municipais processo de consulta, acompanhamento e monitoramento de modo a garantir não somente a participação na elaboração como na gestão do Orçamento.

Os Conselhos Participativos Municipais – como vocês devem saber – são os Conselhos eleitos em cada Subprefeitura. Todas as Subprefeituras hoje têm os seus Conselhos com um número de componentes que varia em torno de 20 a 50, a depender do tamanho da Subprefeitura. Por isso, esse parágrafo desse artigo do projeto de lei que estamos discutindo está envolvendo esses Conselhos na discussão da proposta orçamentária.

Parágrafo 3º: caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecer a metodologia que orientará os processos de participação popular,

acompanhamento e monitoramento de que tratam os § 1º e 2º a partir das propostas e discussões realizadas no âmbito do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativos – CPOP. Ele é um Conselho amplo, com mais de cem pessoas, sendo 64 representantes territoriais, dois por Subprefeitura e escolhidos pelos Conselhos Participativos Municipais. Então, cada um dos Conselhos Participativos Municipais escolheu e indicou duas pessoas para participar do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativos. Existem também 26 representantes temáticos, ou seja, todos esses Conselhos; como o de Educação, Habitação, Saúde, Cultura e inclusive o da Cidade; têm seus representantes compondo o Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativos. Finalmente, há um número de representantes do Poder Executivo, mas com ampla maioria da sociedade civil.

O processo de participação na discussão da proposta orçamentária 2015 será organizado a partir do CPOP, cujos integrantes tomaram posse numa cerimônia realizada há algumas semanas na Praça das Artes, inclusive com a presença do Prefeito e com a inauguração da plataforma do sistema de monitoramento das metas construída pela Secretaria do Planejamento com o auxílio da Prodam.

Ainda destaques do texto, as metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2015 são aquelas especificadas no anexo de prioridades e metas, observando o programa de metas 2013-2016 da cidade de São Paulo, elaborados nos termos do artigo 69-A e § 9º do artigo 137 da Lei Orgânica do Município.

Lembro que o anexo de prioridades, que é exigido na lei, e, neste caso, como há um programa de metas já aprovado e discutido com a população inclusive, evidentemente, ele está completamente conectado com o nosso programa de metas.

Temos grandes números e também uma comparação desses valores que aparecem nesse projeto de lei com aquilo que aparecia no PPA. Por que fizemos essa comparação? Porque os números são diferentes e a diferença deve-se basicamente ao fato de que quando se elaborou o PPA, estávamos contando com a receita da elevação do IPTU, que

estava prevista, havia sido autorizada pela Câmara, porém foi barrada pela Justiça. Em função disso, tivemos de rever os números do PPA, por isso os números que aparecem aqui hoje na Lei de Diretrizes Orçamentárias, tanto no que diz respeito às receitas quanto às despesas, são números menores do que os que apareciam no PPA, elaborado antes desse fato que ocorreu nos meses seguintes.

A receita total prevista de 49,2 bilhões; sendo 42,8 bilhões de receitas correntes e 6,4 bilhões de receitas de capital. E a despesa total prevista no mesmo montante, sendo 40,2 bilhões em despesas correntes e 9 bilhões em despesas de capital. Temos investimentos da ordem de 7 bilhões de reais previstos para 2015 e a redução em relação ao PPA se deve à razão já explicada. Comentou-se sobre uma redução grande que seria de três bilhões, mas está se comparando isso com a Lei Orçamentária de 2014. Na realidade essa comparação não pode ser feita porque o próprio PPA já previu uma redução de recursos em 2015, pois boa parte deles é do Governo Federal, recursos do Programa de Aceleração do Crescimento e que tem um cronograma próprio de desembolso. Então, já se previu uma redução em relação a 2014, dos recursos em 2015. Agora, essa redução adicional em função dos recursos próprios do Município para investimentos que ficaram reduzidos.

Nesse quadro, fizemos uma listagem dos valores das prioridades para 2015 estabelecidas nesse projeto de lei. Então, construímos esse quadro partindo dos objetivos do programa de metas. Nele vocês podem observar os valores que estão alocados, por exemplo, para mobilidade, que é a maior parte dos valores desse total apresentado, não é a totalidade, mas a maior parte dos investimentos. São quase dois bilhões, basicamente, para construção de corredores. Temos também os investimentos em drenagem que são muito substantivos, de 751 milhões; em Educação, quase 900 milhões e assim por diante. Habitação, 400 milhões.

Enfim, requalificação do espaço e outras metas que aparecem. Aí um pouco para ilustrar a natureza das despesas que estão previstas nessas prioridades para 2015.

Era isso que tinha a dizer e estarei à disposição dos senhores. Muito obrigada!

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Quero anunciar a presença do nobre Vereador Aurélio Nomura, José Police Neto.

Passo a palavra ao Sr. Antônio de Paulo Medeiros.

**O SR. ANTONIO DE PAULO MEDEIROS** – Boa tarde a todos! Estou aqui representando o Secretário de Finanças, sou Secretário Adjunto de Finanças. Acredito que a apresentação da Secretária Leda, resumiu bem e colocou os pontos e estamos aqui à disposição para qualquer pergunta que seja necessária. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Convido o Sr. Fábio Pereira para compor a mesa e passo a palavra ao Sr. Mário Massahiro Chosa.

**O SR. MAURO MASSAHIRO CHOSA** – Fui convidado no final da tarde, estou representando o Presidente Edson Simões, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, o objetivo de estar aqui, agradecer o convite, primeiro, anotar algumas questões relativas ao PL e dizer que temos uma área no Tribunal, uma coordenadoria que cuida da análise, também da LDO, e fazem relatórios e sempre são encaminhados para a Câmara Municipal de São Paulo. Está sempre a disposição esses instrumentos de análises, esses relatórios. Somente isso. Obrigado

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Registro a presença dos Vereadores Ricardo Nunes e Jair Tatto.

Passo a palavra o nobre Vereador Relator Paulo Fiorilo para fazer suas considerações.

**O SR. PAULO FIORILO** – Apenas fazer outra sugestão, se pudemos começar com os que se inscreveram, até porque daí, aproveito, para o final, para colocar as questões se não forem colocadas.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Pertinente a sugestão de V.Exa. Com a palavra a Sra. Ednalva Pereira Marques.

**A SRA. EDINALVA PEREIRA MARQUES** – Bom dia a todos. Gostaria de colocar

aqui hoje, o pessoal que faz parte da terceira idade, e as pessoas especiais. Faço parte da Associação dos Sem Terra da zona Norte, e vejo que causa deles é pequena, 5% para 3ª idade. Onde que temos uma quantidade de 3ª idade muito alta, principalmente lá. Especiais, também, 1%, não tem como atendermos. É muito pouco.

Especiais, também, 1%, não tem como atendermos. É muito pouco. Gostaria, se fosse possível, que dessem uma olhada nisso, ou será que a nossa população da terceira idade pode ficar abandonada? Acho que não, por isso temos de ver isso. É só isso que eu tenho a dizer. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Muito obrigado, dona Edinalva, do Conselho Participativo Municipal.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Alô, bom dia a todos. Meu nome é Fábio Siqueira. Estou muito feliz, neste 14º ano, de acompanhar, juntamente com o Conope (?), a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015. Saúdo todos os Vereadores presentes – Laércio Benko, Jair Tatto, Ricardo Nunes, Aurélio Nomura, Paulo Fiorilo; a Secretária Leda Paulani, Secretário-Adjunto Antônio, o representante do TCM, Sr. Fábio, demais representantes, conselheiros e público presente.

Foi citada aqui a Lei Federal de Responsabilidade Fiscal, art. 48. Lamentavelmente, essa LDO não cumpre essa Lei Federal, pois não fez a audiência pública na fase preparatória, na fase de elaboração da LDO. Portanto, infelizmente, há um vício muito sério. E o artigo, no seu inc. I, é muito claro: “A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular, realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos LDO e orçamentos”. Portanto, antes de 15 de abril, deveria haver uma audiência pública ampla e geral em relação à LDO, o que não foi feito. Portanto, solicitamos explicação sobre o que está acontecendo, que é diferente do que aconteceu em anos anteriores, em gestões petistas.



Anexo de prioridades.

É com grande indignação que a Secretaria de Saúde recebeu apenas 416 milhões de reais. Infelizmente, não está se priorizando a saúde na cidade de São Paulo para o ano que vem. É lamentável. Infelizmente, a saúde parece que deixou de ser prioridade na cidade de São Paulo.

Demandas.

Infelizmente, é um programa de metas feito de maneira bisonha, até com problema de informação – as tais 55 mil moradias. Qual a resposta para 2015? Página 3: desapropriação e obras em andamento. Mas, afinal, quantas das 55 mil moradias serão feitas em 2015? A peça orçamentária da LDO não responde esta pergunta. Por que sempre está sempre escondendo informações importantes para a cidade de São Paulo na sua Lei de Diretrizes Orçamentárias? Programas importantes da Lei Federal, como Pró Jovem, programas tradicionais, como Atende. A cidade de São Paulo vive uma epidemia de dengue, mas não existe qualquer menção, na lei de diretrizes orçamentárias, com relação à vigilância epidemiológica e sanitária e de dengue. Programa *Morar no Centro*: e por que está tudo faltando na lei de diretrizes orçamentárias. Por fim, a questão do Arco do Futuro: infelizmente é uma grande enganação eleitoral. O Arco Futuro não é citado nem na LDO nem no novo Plano Diretor aprovado ontem em comissão nesta Casa. Portanto, é um arco reacionário, a gente exige uma explicação, em vista dessa enganação eleitoreira feita por essa gestão Fernando Haddad. Esse Prefeito, que enganou o povo, deveria vir aqui explicar o que está acontecendo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** - Obrigado, Sr. Fábio.

Convido agora a fazer uso da palavra, por três minutos - pedindo para que seja respeitado o prazo -, o Sr. Francisco Roldan, do Conselho Participativo M'Boi Mirim. E, a partir de agora, até o final da fala dele, ainda são permitidas inscrições. Após o final da fala dele, não admitiremos mais inscrições.

**O SR. FRANCISCO ROLDAN** - Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de estar dando destaque, aquele destaque do texto, ao projeto da lei orçamentária relativa ao exercício de 2015, que deverá assegurar os princípios da Justiça. Agora, como é que vamos fazer justiça com esse Orçamento de 7 bi. Queremos fazer uma lei, gostaríamos de levantar homens e mulheres que tenham compromisso em fazer uma lei que garanta 30% dos 51 bi só para investimento na Cidade, porque somos 11 milhões de habitantes. Hoje cada habitante está devendo 1.500 reais aí.

Nós queríamos que essa lei saísse daqui, que fosse gerida dentro do coração de cada homem e de cada mulher que têm compromisso com esta Cidade, que têm compromisso com o povo de São Paulo.

Aí vemos, como um companheiro falou: "É muito triste ver esses dados aqui". Quando vemos em saúde, começamos a ler e a meditar: "Como é que vai ser? Como é que vai ser? Como é que vai ser desse jeito? Como é que vamos garantir a Justiça, como diz o texto? E a sustentabilidade, como diz o texto? E o bem-estar, como diz o texto, a cada cidadão?".

Eu gostaria de encerrar minha fala pedindo para que seja colocada aí nesse texto também a usina de reciclagem de lixo do Fundão. Como é que vamos proteger os mananciais se a própria lei não deixa fazer nada naquele lugar? É uma lei de proteção, só que acontece seguinte: não há desenvolvimento, e lá todo mundo faz o que quer. Nós queremos simplesmente que seja mudado o zoneamento lá para poder dar um crescimento ordenado; que se crie a usina de reciclagem; que Centro Cultural vá para o Fundão; que se crie a Subprefeitura do Jardim Ângela; e, também, quanto a turismo, que se crie também um teleférico; que vá também a balsa.

Só pensam em transporte. Jilmar Tatto tem feito um trabalho maravilhoso em temos de corredor. Mas acontece o seguinte: tem de ampliar a visão nisso aí.

Não posso ser injusto, companheiro. Temos de ser pelo que é certo. Temos de apoiar quem trabalha.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** - Peço que conclua, por favor.

**O SR. FRANCISCO ROLDAN** - A base do SAMU na vila (?) dos funcionários públicos também; a saúde bucal que não temos lá no Fundão; Centro de Referência do Idoso que não temos em M'Boi Mirim; a Casa Transitória de Dependência Química que também não foi colocada na região de M'Boi Mirim.

Por exemplo, a região de M'Boi Mirim tem 52 pontos críticos de área de risco e não temos nenhum núcleo da Defesa Civil - temos só na Subprefeitura, que fica a 15km dessas áreas de risco. Precisávamos de três, estamos pedindo um núcleo da Defesa Civil lá no Fundão, para poder ser mais rápido e amparar aquelas famílias que estão dentro da área de risco, a maior que há em São Paulo; e pedir para que a lei mude, para que 30% desses 51 bilhões sejam garantidos para investimentos, para favorecer 11 milhões de habitantes, que têm trabalhado nesta Cidade.

Um forte abraço e que Deus abençoe a todos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Estão encerradas as inscrições a partir de agora.

Tem a palavra o Sr. Carlos Alexandre Nascimento, da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo.

**O SR. CARLOS ALEXANDRE NASCIMENTO** – Boa tarde a todos. Saúdo as autoridades do Executivo e do Legislativo, toda a sociedade, conselheiros e alunos presentes. Penso que a maioria das intervenções que vão ser feitas pelos segmentos e setores serão feitos por aqueles que podem melhor representar. Vou aproveitar esses três minutos para sugerir uma ação que eu penso ser estruturante no orçamento municipal, que ajuda nesse processo de abertura de transparência que está sendo colocado nessa LDO pelo Poder Executivo.

Há aproximadamente um ano e meio estamos fermentando nas aulas dos nossos

cursos de orçamento, junto com a sociedade e a academia, quando tive oportunidade de apresentar, na primeira reunião do CPOP, há aproximadamente duas semanas, da qual eu e o Vereador Paulo Fiorilo fazemos parte, representando a Câmara, a criação do orçamento cidadão. O que é isso? Nada mais é do que uma peça simplificada da lei orçamentária que vai ser aprovada até o final do ano, elencando quais são as prioridades do Governo sob o ponto de vista orçamentário, de uma maneira didática e simples, de forma que a população possa entender. Isso é considerado já uma boa prática internacional, mas nenhum município, ainda no Brasil, fez isso. Então, São Paulo estaria inovando.

Depois podemos até ajudar nessa redação, de que esse orçamento cidadão fosse encaminhado para o cidadão paulistano conjuntamente com o seu carnê do IPTU. Por quê? Porque a pessoa recebe o carnê para pagar, mas não sabe exatamente como esse dinheiro vai ser usado. Então, junto com o carnê do IPTU, o cidadão recebe também um orçamento cidadão a nível inclusive, no mínimo, de subprefeitura, para saber quais são as principais ações que o dinheiro público vai estar sendo investido na sua região.

Gostaria de sugerir. No artigo 4º da LDO, em seu parágrafo 5º, há os instrumentos de transparência da gestão fiscal. Aí há vários. Inclusive sugiro a inclusão do inciso IX, sobre o orçamento cidadão, para que São Paulo dê um passo à frente e possa fortalecer sempre essa questão da transparência e da cidadania fiscal. Eu sugiro que a relatoria possa incorporar isso no futuro.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Tem a palavra a Sra. Patrícia Rodrigues, do Conselho Participativo CPOP.

**A SRA. PATRÍCIA RODRIGUES** – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa presente. Como é a primeira audiência, vou trazer só algumas questões aqui em relação ao orçamento mais destinado para mulheres. Na relação das metas prioritárias, temos só duas metas que tocam diretamente a questão das mulheres, mas olhando toda a planilha, é difícil enxergar quais são as metas transversalizadas, que tocam diretamente o orçamento de

mulheres. Aí apresento inclusive algumas disparidades. Por exemplo, há doze milhões destinados para campanha com juventude viva e 500 mil, por exemplo, para reestruturação do centro de cidadania da mulher, que é por subprefeitura.

Há o orçamento aqui destinado para uma casa-abrigo para mulheres em situação de violência. Se não me engano, pelo que eu olhei no *site* do Planeja Sampa, vai ser construída na Vila Mariana.

Quais serão os critérios? Se pegarmos, por exemplo, os dados do Tribunal de Justiça de São Paulo, os piores índices de violência contra a mulher estão concentrados na zona Norte. Até agosto do ano passado, foram registrados 15 mil casos. Então, é muito. Precisamos saber como trabalhar com essas questões colocadas dentro da peça orçamentária.

Para as próximas audiências, conseguimos trazer as coisas mais amarradas. É importante introduzirmos uma dimensão do orçamento para a economia solidária. Temos focos de economia solidária de mulheres, em São Paulo, que precisam de orçamento. Isso está sendo demandado desde o início da gestão. Haver uma atenção para isso é importante.

Reforço a fala do Sr. Carlos Alexandre. Isso casa com uma parte da fala do Sr. Fábio, sobre o processo preparatório da elaboração da LDO. Como há o CPOP, é importante chamá-lo para discutir antes de a peça ser enviada para o Legislativo, para a gente poder realmente definir quais são essas metas prioritárias que entram para cada ano, e depois para a construção da LOA. O orçamento cidadão é importante, porque estrutura, de fato, uma participação. É muito difícil compreender-se a peça orçamentária de São Paulo.

Chamo atenção só para mais um fato. Há essa questão da dívida pública. O Legislativo precisa ter ações nesse sentido, de reforçar esse debate que nós estamos fazendo na Cidade, sobre a aprovação do PL 99/13 no Congresso Nacional. A dívida pública compromete bastante o orçamento da Cidade. Temos aqui uma margem de 6 bilhões de reais para trabalhar para o ano que vem. É pouco para a quantidade de prioridades que temos aqui para os setores e movimentos na Cidade.

Agradeço a presença de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Tem a palavra o Sr. Daniel Aymoré Ferreira, do Grupo Bem Estar e da Felicidade, rede de novos parques São Paulo.

**O SR. DANIEL AYMORÉ FERREIRA** – Boa tarde a todos. Primeiramente, pela rede de novos parques SP e pelo Grupo Bem Estar e da Felicidade, gostaríamos de denunciar a impossibilidade de real participação popular numa comissão permanente ao meio-dia, horário em que as pessoas normalmente estão trabalhando e estudando. Isso é um absurdo.

Associo-me aos que falaram antes de mim, em especial o Sr. Fábio. As audiências temáticas deveriam ter precedido essa peça orçamentária e não foram, ao arrepio da lei e ao arrepio do conselho participativo. Isso é um absurdo e uma vergonha.

Em terceiro lugar, nós queremos bater na tecla da renegociação da dívida. A proposta do Sr. Fernando Haddad, na campanha, é de que por S.Exa. ser do mesmo partido da Sra. Presidente Dilma Rousseff, amigo inclusive de faculdade do Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, S.Exa. teria muito mais facilidade de renegociar a dívida de 55 para 20 bilhões de reais, garantindo 30 bilhões, mais da metade do orçamento de São Paulo para esse ano. Isso não aconteceu. Nós estamos aguardando S.Exa. cumprir essa promessa de campanha.

Outra questão: Eu, como médico comunitário e educador popular, sinto muito falta de investimentos na área de Saúde, principalmente na estratégia da Saúde da Família. Os marqueteiros estão inventando essa Rede Hora Certa e o Ambulatório de Tempo Integral, destruindo um grande avanço do País - não é de partido nenhum - do Brasil, que é a estratégia da Saúde da Família. Temos de duplicar o número de equipes de Saúde da Família no Brasil, e esse processo está estagnado. Isso é um absurdo. Tomara que o Sr. Felipe, Secretário de Saúde e o Sr. Prefeito acordem. Ainda dá tempo de arrumar. Estou aqui para o Vereador Paulo Fiorilo e demais Vereadores, para se expandir a estratégia da saúde da família. Saúde bucal não existe. Brasil sorridente é uma mentira. Nós precisamos realmente ter dentistas no Sistema

Único de Saúde.

Sra. Secretária Leda, V.Exa. falou de 800 milhões para preservação de recursos naturais. Está lá. Eu quero saber para onde está indo esse dinheiro. Falar de recursos naturais é muito bonito. Parece estorinha do Papai Noel, mas 800 milhões para recursos naturais de onde? Temos 160 parques que não saíram do papel. O Parque Augusta foi sancionado pelo Sr. Prefeito Fernando Haddad no Natal, como se fosse um presente. Sob pressão, S.Exa. não queria sancionar. Sancionou porque foi pressionado pela população de São Paulo inteira, porque é um parque da Cidade, não é do centro. O parque está fechado hoje há mais de 115 dias. A Prefeitura não se manifesta em relação ao parque, e as empreiteiras Cyrela e Setin dizem que vão construir duas torres de 100 metros de altura num lugar onde há água, e está faltando água em São Paulo. O Sr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo, também não tem coragem de decretar racionamento, com medo de prejudicar a sua reeleição.

Então, nós estamos mal servidos de cabo a rabo, Prefeitura, Estado e União. Estamos, na Câmara, numa audiência pública de orçamento, para pedir que V.Exas. presentes cumpram o seu papel institucional. Coloquem dinheiro para a Saúde Pública, para a Saúde da Família, saúde bucal; e também façam acontecer os 160 parques que foram aprovados no Plano Diretor Estratégico.

Estivemos ontem nas Comissões Permanentes de Políticas Urbanas e Meio Ambiente. Então, não adianta nada fazermos um Plano Diretor lindo e maravilhoso e não haver dinheiro para viabilizar os parques. Nós estamos dizendo que se o Sr. Prefeito Fernando Haddad não viabilizar o Parque Augusta, S.Exa. vai ter um grande retrocesso na área ambiental, porque o Parque Augusta é um símbolo do direito à Cidade. Não é uma questão territorial do centro, é direito à Cidade, é direito da Cidade para os cidadãos. Será o Vietnã(?) do Sr. Haddad, se o Parque Augusta tiver prédios.

A revolução somos nós. O terceiro ato em defesa dos parques ameaçados já está marcado no Facebook. No dia 13 de maio, às 5 da tarde, em frente ao Teatro Municipal, vamos

fazer uma caminhada em direção ao gabinete do Sr. Prefeito Fernando Haddad, para que S.Exa. nos receba. Então, anote aí, nobre Vereador Paulo Fiorilo: Dia 13 de maio, às 5 da tarde, no Teatro Municipal. Todos estão convidados. Isso já está no Facebook. Falo do terceiro ato em defesa dos parques ameaçados de São Paulo. Vamos à luta. A revolução somos nós. Valeu.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Tem a Sra. Cleide Coutinho, Supervisora de Cultura da Subprefeitura Lapa.

**A SRA. CLEIDE COUTINHO** – Boa tarde, Sra. Leda Paulani, Secretária, e Vereadores da Mesa. Estou aqui solicitando uma atenção. Eu sei que não é prioridade a Cultura. Temos estimado, na apresentação, 1%, mas, segundo o planejamento do orçamento desse ano, nós fomos prejudicados, Sra. Secretária. Com esse impasse, se as Casas de Cultura iam ou não para a Secretaria, a Subprefeitura da Lapa e a Supervisão de Cultura ficaram sem orçamento. Então, hoje as nossas Casas de Cultura, Tendal da Lapa e os Centros de Memória e Convívio Cecília Meireles praticamente estão sem orçamento para poderem trabalhar. Nós estamos com as oficinas. Continuamos com voluntários. Há problemas sérios de manutenção. Como nós estamos engajados nesse Governo, de trabalhar com a cultura na forma educativa inclusiva, ocupando espaços, para melhorar a segurança até nessas questões, sem orçamento, não temos como levar atividades culturais para as praças; e nós somos muito requisitados na Subprefeitura da Lapa.

Fiquei sabendo que há alguns Vereadores nas audiências realizadas no ano passado. Temos 300 mil reais, 200 para manutenção do Tendal e 100 de emendas parlamentares. Isso está congelado e nos trazendo transtornos, porque além de não termos orçamento para a contratação de oficinas, essa emenda congelada, nós estamos chegando ao aspecto de manutenção das nossas casas de cultura. Estou com um grave problema no Centro de Memória que está com vazamento e tubulação antiga. Está difícil, Secretária.



Então, pelo que vi, sei que não chegou à questão das Subprefeituras no orçamento geral, mas tanto a Coordenação da Secretaria das Subprefeituras não tem orçamento destinado para nós, assim como a Secretaria de Cultura. Nós estamos esquecidos. Precisamos de melhor atenção para nossas casas da Lapa.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado, Cleide.

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro, da ONG Nosso Sonho Itaquera.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Boa tarde a todos. Sou simples, sou povo. Sou Maria do Socorro Alves, de Itaquera. Faço parte desse orçamento participativo tão falado e não executado. Sem subestimar os outros, mas acho que sou a pessoa mais assídua, mais pertinente, mais teimosa, mais cabeçuda e acreditando que talvez toque no coração de um de vocês que ajam com dignidade e respeito com a periferia. É a primeira vez na minha vida que assisto a uma LDO nestas condições.

Em Itaquera, desde janeiro tem reunião e não chegamos a conclusão nenhuma. Eu sou vizinha do Itaquerão e também sou vizinha da miséria, do morro, da favela. Como falei desde o começo ao Prefeito Fernando Haddad, o idoso não apareceu e não existiu no Plano de Metas e continua não existindo.

Que vocês ricos que usam os pergaminhos, as canetas, o dinheiro e os empregados mantidos por nós, será que vocês não vão ficar velhos? Vocês não ficam velhos. Quem fica velho é a periferia.

Se São Paulo está do jeito que está, agradeçam à periferia que lutou e acreditou. Eu olhei agora e não tem nada da educação. A saúde está um caos, está na UTI. Não existe nada. Será possível que vocês se acham deuses? Não. Nossas crianças estão entrando na cracolândia. Eu reforço a cultura.

Antes, nós tínhamos no Conselho do Idoso, na Participação e Parceria, tinha parceiro oficinairo que dava aulas na nossa região. Retiraram tudo. O Telecentro de Itaquera

sumiu. Eram 32 Telecentros.

Para completar, o Sr. Fillipe, Secretário da Saúde, junto com o Alexandre Guedes, juntaram-se com mais algumas pessoas e disseram que a população não queria o equipamento do idoso, que seria uma UBS, só que lá está fechado. Não temos nada e o pouco que tinha foi retirado. Cadê a lei? Será que existe? Nosso País está tão largado!

É bom por a mão na consciência porque eu não vou me calar enquanto eu tiver vida porque aquelas crianças que passaram na minha mão na Febem são as mesmas famílias que acompanho em Cidade A. E. Carvalho, a Itaquera que vocês tanto falam do Coringão, só que existe morte lá também. Não é a toa que há tanta desumanidade. Parece que Haddad só vê a cracolândia aqui e lá nada tem.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado, Sra. Maria.

Convido o Sr. José Paulo dos Santos, do Conselho Participativo de Santo Amaro.

**O SR. JOSÉ PAULO DOS SANTOS** – Boa tarde, Secretária Leda, Sras. e Srs. Vereadores e todos os presentes.

Infelizmente estamos em São Paulo assistindo a uma hecatombe provocada pelo descaso de todos, inclusive dos senhores que estão aqui. Não é só dos Vereadores, dos Deputados, dos Senadores e da Presidência que deveriam nos representar, é de todos.

São Paulo sempre foi o gerador das riquezas do País e estamos vendo a cada dia o nosso saco ser esvaziado. O saco da riqueza, do trabalho, da nossa paciência - trabalhadores. Chegamos ao limite.

Nós precisamos de ações objetivas. Planos mirabolantes não resolvem. O que resolve é a ação direta cobrando ações contra a impunidade e a corrupção que graça em todos os níveis. Nós precisamos de vergonha na cara. Assim meu pai e avô me ensinaram.

Precisamos que todos os senhores reconheçam a verdade que ninguém quer reconhecer: São Paulo continua forçado pelas circunstâncias de um Brasil que vive em função

de políticos, que são coronéis na região e que não se preocupam com a população nem com a saúde, nem com educação ou habitação dessas pessoas.

Em São Paulo temos associações que representam, pasmem os senhores, moradores de outros estados não só do Norte, mas também do Sul e Sudeste, que através de seus procuradores participam de movimentos pela moradia de São Paulo. Alguns deles são procuradores de 20 mil pessoas e que exploram essas pessoas cobrando 10 ou 20 reais por mês garantindo a eles que terão uma casa de graça em São Paulo.

Sabemos também na área da Saúde está ocorrendo um esvaziamento da capacidade de São Paulo de fornecer médicos, remédios, estrutura básica e equipamentos.

Porquê? Porque as pessoas do Brasil inteiro, que têm parentes em São Paulo, usando de expedientes, entre eles o envio da carta para elas mesmas, para dizerem que moram em São Paulo e que têm o direito de usar o serviço em São Paulo. Isso está destruindo a nossa capacidade, está destruindo o Brasil, porque estamos encobrimo esses políticos safados, sem vergonhas, irresponsáveis que estão permitindo que sejam criados municípios que não têm a capacidade nem de pagar um real de gasolina, que vão ser sustentados pelo Fundo de Participação dos Municípios. Não vamos ter saúde, educação, moradia, polícia. Os bandidos tomam conta porque o dinheiro é desviado.

Em São Paulo, hoje, o cidadão trabalhador, pagador de seus impostos se fecha atrás das grades para que o bandido continue na rua. Precisamos mudar isso.

A dona Maria falou sobre os telecentros. Isso é o fim da picada. Nunca vi tamanho desgoverno em determinadas ações. Uma delas foi a tão alardeada praça digital. Pelo Amor de Deus! Os senhores estão colocando na mão dos criminosos um monte de aparelhos das pessoas que trabalham, lutam e que serão mortas na praça porque a Guarda Civil Municipal também não se faz presente porque se preocupa em preservar o político e não o cidadão, que era a função primordial dela.

Obrigado, senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado. Convido o Sr. Diogo Cardoso de Almeida, do Conselho de Metas, da zona Sul, para fazer uso da palavra.

**O SR. DIOGO CARDOSO DE ALMEIDA** – Boa tarde a todos.

Uma das coisas que precisa ser ouvida e coloca no Plano de Metas é a juventude. Em junho, do ano passado, saímos às ruas pedindo Educação e cursos profissionalizantes. Eu vejo que a verba é muito pouca para a juventude!

Foi levantada a questão dos telecentros fechados. Aí, o jovem não tem para onde ir, não tem o curso profissionalizante na periferia. Então, precisamos de cursos profissionalizantes na periferia e eu vejo que a Educação não tem verba suficiente para isso. O jovem vai ficar lá e, infelizmente, aí começa morte – é pai matando filho e por quê? Porque a Educação está decadente em nosso país.

Verba para as subprefeituras dos extremos, da periferia. Quantos e quantos anos a Prefeitura, nas outras gestões, Subprefeituras Capela do Socorro, Jabaquara, não tinham uma verba suficiente para se manter. Somos a periferia esquecida há muitos anos. Quem sabe agora, na nova gestão a periferia tenha um valor maior, nas subprefeituras, para trabalhar.

A questão do idoso: cinco milhões são suficientes? O idoso também precisa ver visto.

Capela do Socorro: um dos maiores distritos do Estado de São Paulo com apenas uma subprefeitura! Uma população com mais de 300 mil habitantes, com uma subprefeitura abarrotada, que não dá conta. Não adianta nada o Poder Público falar: “Não adianta fazer subprefeitura porque é só mais uma”. Não. Precisamos ser vistos e a subprefeitura precisa trabalhar com o povo.

Então, eu peço, em nome da zona Sul de São Paulo, a Subprefeitura do Grajaú, porque é para o povo. Não é para o Legislativo, é para o povo que nós precisamos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado. Convido o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Laerte Brasil, Presidente da Confe São Paulo Trabalho e Empreendedorismo.

Participamos, debatendo e apresentando teses, em 50 audiências públicas do Plano Diretor. Uma de nossas ações foi votar a redução dos impostos para ajudar as empresas e aumentar o número de empregos. Outra, foi sobre a mobilidade urbana. O substitutivo avançou, mas na mobilidade urbana não avançou estrategicamente, porque o plano, do jeito que está aí, visa uma cidade das faixas de ônibus. Para se manter a cidade de São Paulo em movimento, precisa de transporte sobre trilho.

Londres tem 500 quilômetros de metrô e o Governo de lá está destinando um aporte de 30 bilhões de dólares para construir mais quilômetros de metrô.

Então, falando da cidade de São Paulo, ônibus não é o futuro da Cidade.

O outro lado é o seguinte, eu não vejo a dívida que o companheiro colocou aqui, da cidade de São Paulo. Essa dívida, cerca de 68% foi desviado, não foi aplicado em projetos, em obras públicas e políticas públicas para a cidade de São Paulo.

Acho que a Presidente Dilma tinha de isentar a cidade de São Paulo, perdoar a dívida, porque do jeito que está aí, não vai dar para continuar.

Eu também participei do Arco do Futuro. O Haddad até conseguiu se eleger em cima das minhas ideias: Bilhete Único Mensal, Quinzenal e Semanal, que eu apresentei em uma conferência no Sindicato dos Engenheiros.

Mas o Arco do Futuro não previa as Habitações de Interesse Social, nem prevê a manutenção do emprego no território do Tietê. Do jeito que foi apresentado, essas empresas vão acabar saindo daquele território.

A Dilma Rousseff, junto com vários políticos ladrões,...., aliás, não ponho fé que o Haddad vá concluir o que pregou nas campanhas. A Dilma distribuiu – eu a vi distribuindo – três bilhões de reais, através do Prefeito Haddad, para ratear entre os Secretários em vários locais, para impedir as minhas atividades! Inclusive, mundiais de maratona que estamos

organizando.

Então, 150 milhões para o Presidente, aqui, para ratear para os Vereadores da Base.

Mas, eu vou entrar no gabinete dele. Se ele pegar esse dinheiro roubado para impedir ações institucionais, eu vou combater a Dilma e os comparsas dela. Já que ela quer encobrir o sol com o dinheiro roubado, eu vou combater os comparsas dela e ela pela sombra. Vamos para a rua no dia 30 de maio e a guerra vai ser através da rede mundial de computadores.

Enquanto isso, a Dilma e colegas, de forma malandra, com dinheiro distribuído dentro do Exército, nas Polícias Militar e Civil, vêm usando tática de vampiro. Mas, isso aí eu vou entrar no Supremo, vou denunciar na ONU e, se precisar, eu vou arregaçar a gangue toda a partir de maio.

Era o que tinha para dizer.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado. Convido a Sra. Elisângela Cristina Flávia, do Cepop, da Subprefeitura da Mooca.

**A SRA. ELISÂNGELA CRISTINA FLÁVIA** – Boa tarde a todos e a todas.

Eu só queria pedir apoio para a Secretária, porque já estamos há dois meses sem subprefeito na Mooca e fica difícil darmos continuidade a um trabalho participativo com a comunidade.

Também sou 1ª Suplente, estou assumindo o Conselho. Já assumi no ano passado e o que acontece? As pessoas querem abaixar a maioria. Tudo bem, não vou entrar em debate sobre isso. Só que, às vezes, adolescentes e crianças que nos procuram, pedindo um abrigo específico para eles, para que eles possam se integrar na sociedade. E não temos isso. Peço atenção para isso. Os abrigos estão precários. Faltam muitos abrigos.

Então a comunidade fala: o Conselho Tutelar não trabalha. Nós não temos

instrumentos para trabalhar. Procuramos a hierarquia. Passam a bola para nós como aconteceu ontem. Precisei resolver uma coisa séria que a hierarquia lá em cima poderia ter feito: a busca e apreensão para adolescente. Não vou entrar nesse detalhe. Então quer dizer, tudo o Conselho tem de resolver, mas não estamos tendo estrutura para trabalhar.

É claro que há adolescentes que estão matando, mas quando eles procuram ajuda não têm. Aí voltam para a rua. Vão roubar e consumir droga de novo e para consumir a droga ele vai matar. Isso é fato. Mas eu acho que podemos fazer alguma coisa. Só peço apoio para isso, que olhem para a comunidade um pouco. Olhem para que essas crianças não se tornem menores infratores lá na frente. Há crianças que não têm pai. O pai morreu. Ele vai para o abrigo, só que o abrigo é precário. E o que acontece? Ele vai se tornar um maior infrator. É fato.

Agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado, Sra. Elisangela. O último inscrito é o Sr. José Afonso Narciso, do Conselho Participativo de Santana.

**O SR. JOSÉ AFONSO NARCISO** – Boa tarde a todos os presentes, primeiramente gostaria de deixar meu agradecimento ao Vereador José Police Neto, que foi a pessoa principal desta Casa, que colaborou com a criação e formação do Conselho Participativo da Cidade de São Paulo.

Faço parte desse Conselho, fui eleito na Subprefeitura Santana/Tucuruvi/Mandaqui, pelo Conselho Participativo de lá, como Secretário Geral. E já começamos a encontrar várias falhas. Há 1.113 conselhos participativos, de forma figurativa nesta Cidade. Até agora não temos papel de nada. Não somos respeitados como conselheiros. Nas subprefeituras somos ignorados. Ninguém nos conhece e são poucos os subprefeitos que nos respeitam. E para nos respeitarem temos de bater o pé, bater de frente e esse não é o nosso papel.

Nós somos pobres porque a cidade de São Paulo e os governantes nos veem como

pobres, mas inteligentes e capazes nós somos, senão não teríamos sido eleitos por votos diretos da população de São Paulo e sem ser obrigatório. Cumprimos uma chapa com cinco cidadãos lá e estouramos em votos na nossa região, zona Norte de São Paulo.

Gostaria de saber também, por fazer parte do Comitê Municipal de Saúde desta Cidade, onde está o Hospital da Brasilândia que não sai do papel? Cadê os 26 conselhos temáticos desta Cidade que não são chamados para conversar nunca? Cadê a população negra desta Cidade que não aparece em nada nunca?

Faço parte do Conselho dos Homens Negros na Cidade de São Paulo, ajudamos a construir este país não é de hoje, construímos esta Cidade e não somos chamados para conversar em nada. Não os vejo no conselho temático. Não os vejo em lugar algum. Não estou aqui para defender política, nem bandeira de ninguém, mas não vejo meus irmãos em lugar nenhum.

Cadê a inclusão dos cidadãos paulistanos quando vão discutir as leis de diretrizes orçamentárias da cidade de São Paulo? Por que, nós não sabemos ler as leis? Não somos criadores de leis, mas nos parágrafos contidos dos quais nós devemos ser respeitados como cidadãos paulistanos e seres humanos, que humanização nesse meio também não existe. Não somos chamados nunca. A sociedade não existe. É uma mentira muito grande. Até peço desculpas por falar assim, porque não fui chamado para fazer parte integral de nada. Fui Delegado da 17ª Conferência Municipal de Saúde nesta Cidade. Chegamos lá o pacote já estava pronto. Não tivemos tempo para delegar nada e nem discutir nada. O pacote entrou pronto e saiu pronto, envernizado da forma que chegou ele saiu.

Então gostaria que houvesse uma população realmente participativa. Que esse conselho participativo da nossa Cidade deixasse de ser essa mentira tão grande. E não estamos aqui para viver de mentira. Temos mais o que fazer e temos de levar o pão para nossas casas.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Agradeço a todos os inscritos que se manifestaram. Vou tomar a liberdade, como o Vereador Ricardo Nunes está passando neste momento e terá de se retirar para uma CPI, passo a palavra de pronto a ele.

**O SR. RICARDO NUNES** – Obrigado, Presidente. Estamos aqui no plenário com a CPI dos Alvarás, sou o Relator, então vou precisar me retirar.

Quero fazer dois comentários centrais. Temos trabalhado bastante aqui, Secretário, com relação à questão do transporte hidroviário. Inclusive, está no texto do plano diretor e acho bastante importante porque a questão do transporte é grave. Estão fazendo vários corredores, faixas exclusivas, o trânsito tem aumentado e acho que o transporte hidroviário é uma boa alternativa, porque é uma via a mais para se locomover.

Já debati bastante no ano passado com o Vereador Paulo Fiorilo. Infelizmente ele não teve a possibilidade de nos atender e aqui peço mais uma vez, é preciso incluir o transporte hidroviário na LDO. É uma realidade da Cidade e estamos com um projeto na Casa para votar em 2ª. Já temos um compromisso com o Prefeito Haddad de sancionar. Está no plano diretor, então acho importante falar sobre essa questão.

Outro assunto, Secretário, que me preocupa bastante, um dos itens é: construir, requalificar e reformar 15 equipamentos culturais. É o item 27 do programa de metas e o valor previsto para 2015 são 13,750 milhões, bem como conceder 300 bolsas culturais para agentes culturais da Cidade. Esse é o item 32 e estão previstos 2,328 milhões. Acho que precisamos rever isso.

Por exemplo, na Biblioteca Prestes Maia, em Santo Amaro, foi gasto na gestão passada 7 milhões na reforma. Nós temos sete funcionários nesse equipamento, mas que trabalham constantemente três. Os outros quatro sempre têm problemas. Não acho plausível um prédio daquele porte, que pode atender toda aquela região de Santo Amaro, Capela, Cidade Ademar, M'Boi Mirim e Campo Limpo, com um prédio enorme, uma estrutura gigantesca, com sete funcionários trabalhando. E não temos condições de desenvolver aquele

equipamento e, ao mesmo tempo, querer conceder 300 bolsas para a área de Cultura. Isso me parece bastante ilógico, ou querer construir e requalificar 16 equipamentos culturais.

Então se gasta dinheiro, Secretário, para requalificar os equipamentos e esse exemplo, há outros, mas esse vejo como o mais grave da Cidade, a Biblioteca Prestes Maia, não tem muita lógica um prédio lindo daquele e não tem funcionário. Não consegue fazer nada. Não consegue desenvolver uma atividade. Nesse caso, se perde o investimento de 7 milhões de reais na reforma do equipamento, sem conseguir fazer com que ele dê o atendimento necessário à população. Então, teria outras questões, mas fundamentalmente, Secretária, mais do que um pedido, é um apelo: a questão do transporte hidroviário e de readequarmos a Cultura, porque não adianta conceder bolsas se a gente não puser para funcionar aquilo que já temos pronto. E pedir para o Vereador Paulo Fiorilo que, desta vez - a gente teve até um pequeno desentendimento no passado -, mas desta vez a gente precisa colocar o transporte hidroviário na LDO.

Muito obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RICARDO NUNES** - Não, não. Nós escolhemos o Paulo Fiorilo para nos atender. Tenho certeza que ele fará isso desta vez.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** - Obrigado Vereador Ricardo Nunes.

Registro a presença do Vereador Police Neto, pergunto se quer fazer uso da palavra. Se quiser, fique à vontade.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** - Nós temos mais Vereadores inscritos?

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** - Depois somente o Vereador Nomura, eu e o Paulo Fiorilo.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** - Serei bastante breve, para abordar dois temas que me parecem bastante importantes no diálogo do dia de hoje e nos permite entender um pouco a dinâmica das nossas próximas peças orçamentárias.

A primeira: se criou uma grande expectativa por conta das transferências correntes da União. Em agosto do ano passado, a Presidente Dilma esteve em São Paulo anunciando oito bilhões de reais, em investimentos, isso trouxe certo conforto para a sociedade, imaginando que o Governo Federal conseguiria aportar, na cidade de São Paulo, volume significativo de recurso.

Quase encerrado o primeiro quadrimestre, infelizmente, nenhum centavo conseguiu ser transferido para o Município de São Paulo nessa relação. O único recurso que continua vindo da União é o do Ponte Baixa. Isso é uma negociação anterior à vinda da Presidente Dilma, anunciando esse volume de investimento.

Então, a manifestação que eu gostaria de escutar da Secretaria é em que estágio estamos, nessa rede de convênios que o Município pretende ter com a União, para as diversas modalidades que foram anunciadas: Minha Casa Minha Vida, PAC Mobilidades, para que a gente possa, de fato, garantir à sociedade que os recursos orçamentários próprios, sejam para as desapropriações, sejam para as contrapartidas desses convênios, de fato, vão acontecer e, portanto o ingresso de recursos da União vai chegar ao Município.

Por outro lado, a gente enxerga um crescimento vertiginoso, exponencial, da dívida da Previdência e não enxergamos nenhum movimento até agora para que esse problema, essa crise seja enfrentada.

Se de um lado estamos reduzindo a nossa capacidade de geração de recursos próprios – a própria Secretária na abertura da sua fala anunciou um problema crônico, que já atravessamos, que é não termos o IPTU corrigido. A consequência disso nos leva a uma incapacidade de oferecer contrapartidas e, portanto, a incapacidade de dar cumprimento a talvez o desejo da Presidente que era o recurso que há de chegar.

Por outro lado, a gente também não enxerga a capacidade do Município de gerenciar as crises que rotineiramente ele atravessa. A prova disso é que nenhum movimento junto à Casa - portanto, na nova legislação - foi tomado, nem quanto à Previdência nem quanto

à forma remuneratória dos servidores, que apontaria para um cenário do ponto de vista previdenciário, para os próximos 20-30 anos diferente do que temos hoje.

Como estamos discutindo as diretrizes para o próximo Orçamento e não está clara para nós qual a mudança de comportamento que a gestão vai ter, interpretando que não tem mais os recursos nessa contraprestação de recursos da União, o que queremos saber é o que está sendo perdido com isso?

O que o Município deixará de realizar, na medida em que não tem mais o recurso que se previa no PPA. Se temos menos recursos próprios, temos menos repasses da União, e para isso a gente precisa informar à sociedade o que deixará de ser feito, na medida em que todos nós já sabemos que não faremos tudo aquilo que prometemos. Então, está na hora de a gente começar a contar para a população o que não realizaremos porque não tivemos competência de alterar a legislação, mantê-la junto ao Judiciário e, portanto, entregar para a sociedade a competência do nosso trabalho, e não as consequências ou inconsistências que tivemos no curso deste período. Esse questionamento, acho fundamental, até para que a sociedade saia daqui sabendo o que, de fato, teremos de recursos para realizar. Os Conselheiros que aqui estão serão cobrados pelos moradores que os elegeram para levar informação precisa do que temos de recurso, do que temos e do que ainda podemos fazer.

Penso que essa tenha de ser uma relação muito verdadeira com os Conselheiros, porque, diferentemente de nós – que, infelizmente, a sociedade não sabe onde moramos -, esses Conselheiros, todos os moradores do bairro sabem onde moram. Então, o morador da Cidade não bate na casa do Prefeito, ou na casa do Secretário, ou na casa dos Vereadores. Alguns Vereadores, a população sabe onde moram; agora, esses Conselheiros, todos os moradores sabem onde moram, e batem em suas portas para saber se isso ou aquilo será feito. Sair de uma reunião como esta sem saber o que já está comprometido com as falhas do ano passado, falhas que não permitiram defender na justiça o IPTU, que, forçosamente, se tentou aprovar aqui, eu acho muito perigoso. Então, a gente tem que ser muito sincero e

verdadeiro com os Conselheiros que aqui vieram. É uma pena que não estão todos aqui; mas os que estão presentes têm de sair daqui com uma informação real: do que se perdeu do ano passado para este e, portanto, o que não será feito de verdade. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado, Vereador Police. Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Boa tarde a todos. Eu gostaria de saudar a Secretária Leda Paulani e os demais Vereadores. Indo um pouco na linha do Vereador Police Neto, estamos aqui discutindo a implantação dos corredores de ônibus na cidade de São Paulo. sabemos que desde 8 de janeiro o Tribunal de Contas vem perquirindo a Prefeitura de São Paulo principalmente em relação a valores. Até hoje a Cidade não fez a comprovação de que tem esses recursos. Até hoje – pasmem: faz quatro meses -, o Tribunal de Contas não obteve resposta. Na mesma linha do Vereador Police, sabemos que todos esses corredores estão com pedido de financiamento através do PAC e que, se não houver essa possibilidade de renegociação da dívida, muito ou quase nada desses recursos poderão vir do Governo Federal.

Esta é a primeira indagação: o porquê de se insistir nessas questões, levando-se em conta os valores previstos, de 1 bilhão e 250 milhões – algo em torno disso. Sabemos que a implantação de 10 corredores chegará a uma estimativa – porque não existe também, é bom que se diga, um projeto executivo básico, quiçá a definição de valores – que já batem os 4,7 bilhões. Isso mostra um descompasso total e coloca em risco toda uma população, que é a que será abrangida, mas especialmente aquelas pessoas que estão numa área sob risco de desapropriação. Tivemos, recentemente, um movimento nesta Casa e uma proposta do Governo retirando do plano a Avenida Nossa Senhora do Sabará; porém, todas as demais estão incluídas, e estamos falando em cerca de 7 mil desapropriações, que, seguramente, ultrapassarão esse valor de 1 bilhão e 200 milhões, colocado para construção dos corredores. Essa é a primeira indagação.

Tenho uma segunda indagação. Não entendo muito de números, mas estou vendo os números relativos a construções e a convênios no segmento educação. Uma preocupação nossa, já de muito tempo, é que temos mais de 100 mil crianças hoje sem creches e EMELs. Eu gostaria de saber se esse valor que foi colocado vai realmente garantir isso, e quantas vagas serão criadas para o ano que vem. É bom que se diga que no final do ano passado a Prefeitura de São Paulo retirou dinheiro da Educação ao incluir, no item educação inclusiva, parcela do pagamento dos inativos, segundo acordo que previa 200 milhões por ano em cinco anos, o que daria mais de 1 bilhão de reais. Assim, nos próximos cinco anos, a educação perderá mais de 1 bilhão de reais em recursos, pois, ao invés de serem destinados propriamente para a educação, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esses recursos serão destinados ao pagamento de inativos.

Outra questão que quero levantar diz respeito ao porquê de no artigo 6º, ao final do texto, ter sido excluída a Lei do Orçamento e o Plano Plurianual.

Uma última pergunta – que deve demandar de nossa parte, posteriormente, um substitutivo – é no sentido de entender o critério que vem sendo utilizado, que considera como contas extraorçamentárias o valor de 1 bilhão e 80 milhões, ou pouco mais, que transformou esse saldo positivo de 395 milhões e pouco, na fonte 00, que é a fonte federal, em um déficit de 684 milhões. Essa é a indagação que tenho.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Vou repetir. Temos, nas contas do exercício de 2013, no item “superávit financeiro”, o critério utilizado para considerar como contas extraorçamentárias o valor de 1 bilhão e 80 milhões, que transformou o saldo positivo de 395 milhões na fonte 00, federal – e isso vai ao encontro daquela questão levantada pelo Vereador Netinho -, no déficit de 684 milhões.

Acho que com essa tabela que passo às mãos de V.Exa. talvez isso seja mais bem esclarecido.

Entendendo que a Administração possa ter considerado necessário fazer provisões em contas extraorçamentárias, por que não foi coberto apenas na sua totalidade? No caso, esse valor ficou restrito a 395 milhões, mas preferiu-se – eis a grande questão – gerar um déficit de 684 milhões. Eu acho que seria necessário haver um melhor detalhamento na composição das contas extraorçamentárias que totalizam 1,8 bilhão.

Essa é a questão cuja explicação eu gostaria de ouvir da Sra. Secretária. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Eu gostaria de fazer algumas considerações. Muito se fala em IPTU, mas pouco se fala numa situação que é crítica e que coloca todos os seis mil municípios brasileiros em uma situação de lamúria e miséria. Para os senhores terem uma ideia, até 1995, as grandes vedetes da arrecadação federal eram dois tributos chamados imposto de renda e IPI, que eram repartidos: 25% desses tributos ficavam no município onde eram gerados; os outros 25% ficavam no Estado onde eram gerados. De 1995 para cá, paulatinamente, esses tributos perderam a importância no percentual total da arrecadação do Governo Federal e as grandes vedetes da arrecadação hoje são as contribuições PIS e Cofins, que ficam cem por cento no cofre do Governo Federal. Se antigamente o IPI e o imposto de renda, os grandes fundos de arrecadação, eram divididos entre município e Estado onde eram gerados, hoje PIS e Cofins, tributos muito gerados por São Paulo, não ficam aqui. Paralelamente a isso, há um contrato de dívida da Prefeitura de São Paulo com o Governo Federal que precisa ser renegociado.

Então, temos uma perda de receita muito grande e injusta, porque o PIS e o Cofins produzidos em São Paulo sustentam o País, mas, por outro lado, pagamos bilhões em juros para rolar uma dívida que só aumenta com o Governo Federal. Inclusive, em um evento em que estive há um mês, na Lapa, com a presença do Prefeito Fernando Haddad, eu perguntei a ele, de zero a dez, que valor S.Exa. atribuiria à sua gestão em relação à renegociação da dívida. S.Exa, respondeu: 11, tamanha a importância dessa renegociação da dívida e também de uma reformulação tributária das receitas fiscais do Brasil. Algo absolutamente injusto e algo

que falta à classe política brasileira: investir nessa situação, principalmente porque somos os principais partidos políticos brasileiros com os principais líderes no Estado de São Paulo, e eles poucos defendem o Estado e o Município de São Paulo. Então, temos que ter coragem e saber entender que a situação não só da cidade de São Paulo, como a de todos os outros municípios, é gravíssima.

Por meio de um movimento que ocorre nesta Casa, encabeçado pelo PPL – Partido da Pátria Livre, e o PHS, estamos enviando um documento ao Senado pedindo providências para aprovação da renegociação da dívida paulistana, algo muito sério e urgente.

Também não posso deixar de me solidarizar com o Sr. José Paulo, que, de forma muito corajosa, abordou uma questão muito importante e que nós, do PHS, também defendemos e gostaríamos que todos os outros partidos também tivessem coragem de defender: dos seis mil e tantos municípios brasileiros, três mil não deveriam existir, deveriam ser agregados e somados a municípios mais próximos, porque um município com dois mil habitantes com estrutura própria de Câmara Municipal, gabinete de Prefeito, etc, é um vazadouro de recursos públicos imensuráveis, sob o argumento de que o município deveria ter independência política. Antes disso, porém, há de se ter independência financeira. Se para o meu filho ter a chave de casa e para poder fazer o que quiser, primeiro ele tem que trabalhar e se sustentar. Então, para os municípios poderem ter independência como entes públicos, eles deveriam ter condições de se sustentarem. Essa é uma briga que a classe política paulistana deveria cobrar, porque somos nós que sustentamos tudo isso.

Também gostaria de dizer que, enquanto uma entidade de classe entrou com uma ação contra a aprovação do IPTU na cidade de São Paulo, da ordem de 20 a 35%, essa mesma entidade fora visto abraçado com prefeitos de cidades do interior, que aumentaram em 200% seu IPTU. Será então que, se dessem apoio político ao presidente dessa entidade, ele não entraria com uma ação na Justiça? Será que funciona mais ou menos assim? Jaú, por exemplo, foi uma das cidades em que o prefeito recebeu o presidente da Fiesp, que prometeu



fazer na cidade uma unidade do Sesi, mas foi uma das cidades que teve o IPTU aumentado em 200% e ninguém lá entrou com uma ação contra o aumento de IPTU.

Defendo o direito de todos de acessar a Justiça, mas temos que ter coerência, porque aqui em São Paulo o teto do aumento do IPTU chegou a 20% para imóveis residenciais e 35% para imóveis comerciais, mas em outros municípios houve um aumento de 200 a 250% e ninguém falou uma palavra sequer. Está faltando, então, muita coerência.

Eram essas as manifestações que achei pertinente fazer.

Passo agora a palavra ao Relator, nobre Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Na realidade, como Relator, tenho optado em ouvir as observações e as preocupações, até para que possamos avançar no debate e, quem sabe, apresentar uma proposta de LDO que acabe incorporando as questões dos que participam dele. Acho que esse é um método que pode ajudar muito na discussão. É óbvio que, quando discutimos a LDO, estamos discutindo diretrizes para a Lei Orçamentária e não discutindo o orçamento da Cidade. A Prefeitura tem avançado no debate democrático por meio do Conselho de Orçamento Participativo. Como muitos aqui são conselheiros, tanto do Orçamento como nas subprefeituras, acho que esse é um aspecto importante, porque abre um espaço em que não existia nas administrações anteriores, um espaço que as administrações anteriores não se preocuparam em criar, já previsto na Lei Orgânica, aprovada nesta Casa. Aliás, muitos daqui acompanharam de perto a instalação do Conselho Participativo, que não foi instalado, pois houve uma dificuldade muito grande.

A segunda observação é quanto às receitas da Prefeitura. Acho que todo mundo aqui sabe que, se a Prefeitura não tiver receita, se ela não arrecadar, ela não investe. E ela arrecada por meio de impostos ou por meio de transferências. É interessante que percebemos a demanda existente em várias áreas, como cultura, saúde, moradia, educação, idoso, parques, etc, mas, quando falamos do IPTU, as pessoas dizem: “Ainda bem que não aumentou”. Estranho, meio contraditório. Se a gente precisa de recurso para implementar as

políticas, quando a gente fala assim: Não! Ainda bem que não aumentou o IPTU. De onde surgirá o dinheiro para fazer, ou para complementar, todas essas demandas. São reais. Ai, precisamos fazer a terceira discussão. Se não tem 800 milhões o que vamos fazer e o que não vamos fazer. E as pessoas terão de entender que o processo de discussão, depois na elaboração orçamentária, da Peça Orçamentária, vai estar muito ligado a isso, receitas e despesas. A LDO é uma diretriz, que discute, por exemplo, o Plano de Metas, a Responsabilidade Fiscal, questões que são pertinentes a LDO. O Carlos apresentou aqui uma sugestão que me parece pertinente para o debate. Vamos propor ter um orçamento cidadão, ou transformar o orçamento em uma coisa mais inteligível em que as pessoas possam, inclusive, receber na sua casa: Olha a Prefeitura está arrecadando e está gastando, assim, assim, assado. Acredito até que a Prefeitura do Município de São Paulo, já teve um período em que apresentava um pouco isso. Quanto que gasta na educação, na saúde, não com o detalhamento proposto. São propostas pertinentes para um debate de LDO. Isso ajuda muito nesse debate. Deixo três observações, tanto para a Secretaria Leda, como para o Secretário Adjunto, Antonio Paulo, para as considerações. Uma delas, não de maior ou menor impacto, mas a título de observação, diz respeito ao percentual de contingência, reserva de contingência que tem sido apresentado. Minha pergunta, é se existe uma perspectiva com a possibilidade de discutirmos o percentual. Até por conta que já foi anos anteriores, menor do que está posto. Segunda observação acredito que é mais para o Antônio Paulo, diz respeito a questão do crescimento do PIB. Talvez se você pudesse, rapidamente, falar qual a perspectiva que foi trabalhada aqui, se compararmos com o PIB apresentado pelo Governo Federal na LDO de lá, é diferente do nosso aqui. E por fim, participei da apresentação da plataforma em que o Prefeito estava para acompanhamento das metas, e naquela atividade, o Prefeito fez uma observação pertinente que queria trazer para o debate. Várias das coisas que estão sendo feitas, ou muitas das coisas que estão sendo feitas, não estão no Plano de Metas. Lembro da operação da Cracolândia Braços Abertos, falo dela, mas poderia falar de outras e perguntar,

não foi discutido no programa de metas. As pessoas precisam entender. Foi feito ano passado, amplo debate, tanto do primeiro semestre como do segundo, para que se chegasse a 123 metas. Três mil pessoas participaram no primeiro semestre, mais não sei quantas no segundo, seis mil pessoas participaram dos debates. Não tenho, exatamente, os números, mas de 12 mil pessoas que participaram dessa discussão. Claro, uma cidade como a nossa, com 11 milhões e meio de habitantes, sempre ainda é muito difícil alcançar as pessoas. Esse é um processo mais democrático, possível, em que as pessoas podem se manifestar, falar e colocar. As metas foram estabelecidas. A pergunta é: existem mudanças, ou é possível pensar em agregar metas, diante do que está sendo debatido para a cidade. Falo Braços Abertos, mas poderia ter falado de outros, por exemplo, iluminação, programa enorme que está sendo colocado.

Eu ouvi a senhora e fiquei quietinho aqui. Falei do idoso e fiquei quietinho aqui, como sou mais novo, queria ficar quietinho agora. Obrigado!

Esses recursos não foram aprovados nessa gestão, você deve acompanhado quando foi aprovado. Você sabe quando foi aprovado e porque foi aprovado. Cabe o Governo cumprir ou não. Se não cumpre, você está descumprindo, inclusive um contrato firmado. Não podemos fazer um debate raso. Temos de fazer um debate profundo. Por exemplo, quando discuti o PFS, eu quero fazer esse debate do PSF. É necessário. O que foi feito durante os últimos oito anos, quem foi quem interrompeu a política do PSF? Se você quiser dou nome e sobrenome. Não é aqui. Aqui é uma discussão de LDO. Faço esse debate à hora em que você quiser. Porque o Secretário Januário interrompeu a questão do programa de Saúde da Família e falou isso. Falou para mim. Não na Legislatura passada, na outra. Não estou falando de uma coisa que começou, ou acabou. Mas de uma coisa que deixou de existir lá atrás. Eu ouvi vocês e não me manifestei. Então peço a mesma coisa. Podemos fazer essa discussão sempre nos espaços pertinentes. Aqui foram feitas várias colocações, e que elas, necessariamente, devem ser feitas, mas podem não ser feitas nesse espaço. Essa é uma discussão que está indicando a elaboração de uma lei importante que é o Orçamento. No debate que temos de fazer com a

Saúde, com a Educação, tem de estar posto. Termino, com uma sugestão para a Secretaria de Planejamento.

-Manifestação fora do microfone.

**O SR. PAULO FIORILO** – Eu te ouvi. Vou a hora em que você quiser. Como estou aqui, te ouvi, não ouvi, tal... Não tenho pressa, quero acabar. Não vou bater boca. Não estou. Agora é com você que estou batendo.

-Manifestação fora do microfone.

**O SR. PAULO FIORILO** – Não bato boca com todo mundo. É só com aqueles que me interrompem. Para concluir, faço uma sugestão para a SEMPLA, acredito que com o Conselho de Orçamento Participativo, talvez pudéssemos ter uma metodologia de debates como já foi feito, que foi a apresentação da LDO. Mas acredito que poderia ser ampliado, até porque isso supriria uma necessidade, que me parece que foi apresentada aqui de forma latente. Talvez se pudéssemos avançar e esgotar essas discussões no conselho trataria para a Câmara Municipal de São Paulo um debate mais refinado, mas apurado para ajudar na discussão da elaboração.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)**- Muito obrigado, relator Paulo Fiorilo. Quero fazer um registro sobre Itaquerão, esse ano foi pedido para o Sr. Prefeito Fernando Haddad, quando teve o terceiro ou quarto acidente lá, mais dinheiro e ele veementemente negou e disse não! Atitude que mereceu nossos parabéns, pelo menos desse vereador e sabe lá Deus a pressão que sofreu, mas se manteve e firme e disse não.

Com a palavra a Secretaria Leda Paulani.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Não sei se vou conseguir me referir a todos que usaram da palavra e se vou conseguir responder a todas as indagações porque são várias, de várias naturezas, as todas as intervenções dos nobres Vereadores. Vou tentar fazer o melhor.

Edinalva, idosos e pessoas com necessidades especiais estão sempre no foco. Temos uma Secretaria de pessoas portadoras de necessidades especiais. Em relação aos

idosos, tivemos um programa inteiro que foi incluído no programa de metas.

É pouco? É pouco. Agora, Orçamento é sempre a mesma arte: a arte de se colocar um pé 44 em um sapato 33. Essa é a arte de fazer o Orçamento, porque tudo é prioritário. Em um país pobre como o nosso, com uma desigualdade social e de renda tão grande como o nosso, tudo é prioridade: Cultura é prioridade; Saúde é prioridade; Educação é prioridade; Transporte, Habitação, Mobilidade, o Esporte, enfim, tudo é prioridade. Só que temos decisões. Temos um conjunto de recursos e temos de contemplar minimamente todas as áreas.

Estou respondendo dessa forma para você, Ednalva, e com isso estou respondendo a várias outras pessoas que falaram de forma semelhante, na escassez de recursos para a Saúde, para a Cultura, Educação.

Então, enfim, parque, por exemplo, é uma coisa caríssima, porque demanda desapropriações. As desapropriações, em São Paulo, são muito caras e isso é uma despesa de capital. Não é uma despesa corrente, é uma despesa de capital que temos de fazer, que é o que chamamos de investimento, e temos um espaço muito pequeno e que ficou ainda mais reduzido pela não aprovação do reajuste do IPTU.

O projeto da gestão anterior desta Cidade, veio à Câmara, em 2009, com aumentos muito maiores do que o que propusemos. Ninguém foi à Justiça, ninguém barrou os aumentos anteriores. Mas quando vem um Prefeito progressista, que quer mexer com privilégios daqueles que sempre mandaram na Cidade, aí vem tudo. Só faltaram prender o Prefeito porque ele ousou mandar um projeto de lei à Câmara que aumentava o IPTU, que é uma iniciativa que todas as cidades podem e fazem e devem fazer para aumentar a arrecadação.

Enfim, gostaríamos de ter muito mais recursos. Também não temos o que gostaríamos de ter, mas Orçamento é isso. Então, eu estou aqui só fazendo uma resposta geral. É claro, podemos errar. O Poder Público não tem sempre a razão.

Quando apresentamos o Programa de Metas para a população, achávamos que era o melhor que podíamos fazer. E depois de mais de cem audiências públicas, com mais de

onze mil pessoas participando e dez mil sugestões que nos foram enviadas, descobrimos que tínhamos um Programa de Metas possível e muito melhor do que aquele primeiro que fizemos.

Então, não quer que estejamos aqui defendendo, que somos donos da verdade, que esse número está certo, que é o que pode ser, mas Orçamento é essa arte. Disso, ninguém escapa. Temos, sempre, uma quantidade limitada de recursos para uma infinidade de demandas, principalmente para uma Cidade com o perfil social de São Paulo.

Com relação à questão de não estarmos cumprindo a LDO, pela Lei da Responsabilidade Fiscal, o que a Lei exige é que, ao longo da sua elaboração, a lei preveja audiências públicas. A lei está em elaboração. O que estamos discutindo aqui é justamente o projeto de lei que foi enviado à Câmara.

Aproveito para responder à Patrícia Rodrigues. Você falou que deveríamos utilizar os Conselhos Participativos nessa discussão. Então, só queria lembrar o seguinte, o Cepop, o Conselho Participativo de Planejamento e Orçamento, tomou posse no dia 3 de abril. No dia 11 de abril, fizemos um grande seminário na Sempla, convocamos todos os conselheiros participativos, não só os do Cepop, todos os conselheiros participativos, de todos os conselhos temáticos e do Conselho da Cidade para uma discussão e apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias antes que elas viessem à Câmara. Há pessoas que estavam lá e que podem comprovar essa reunião.

O Sr. Francisco falou: “Como é que vamos cumprir o princípio de justiça da Lei de Diretrizes Orçamentárias com o recurso pequeno para o investimento?” Essa é toda a nossa batalha. Achamos que São Paulo investe muito pouco. Investimos, *per capita*, cresceu no ano passado porque fizemos um enorme esforço, mas ainda assim, investimos *per capita* metade do que investe a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo.

Agora, todo esforço para conseguir recursos, que não são de tributos, está sendo feito, inclusive junto ao Governo Federal. Ainda assim, dependemos da renegociação da dívida e de uma série de outras medidas, como a liberação da aplicação do novo IPTU, para

conseguirmos ampliar esse gás com investimentos e chegarmos, pelo menos, no nível que existe na cidade do Rio de Janeiro. Mas o senhor tem toda a razão. Concordo plenamente. Essa é uma das nossas grandes angústias.

O Fiorilo já se referiu aqui à sugestão do Carlos Alexandre. Claro que podemos estudar isso. Acho que é uma iniciativa interessante.

Voltando à Patrícia. Você falou, além de tudo, em uma coisa muito interessante e que as peças orçamentárias, pela forma como elas são estruturadas, não permitem que se veja que são as metas transversais. Precisariamos criar alguma fora de tornarmos mais visível essas metas que são transversais, como a meta de mulheres, dos portadores de necessidades especiais, dos idosos. Há várias ações, por exemplo, primeira infância, para voltar a um tema ao qual já me referi. Há várias ações, em várias Secretarias, que têm foco na primeira infância porque elas se destinam à população mais carente e, dentro dela, as crianças sempre têm uma participação grande.

Mas, infelizmente, ainda não construímos, mas podemos construir, a forma de tornarmos mais visível isso.

Com relação à questão da Casa Abrigo, Patrícia, gostaríamos de fazer mais Casas Abrigos, porque são muito necessárias. A violência contra a mulher ainda é muito grande, apesar de tudo o que já se avançou. Mas eu lembraria que apesar de a Casa ser na Vila Mariana, ela é uma Casa Abrigo. Então, se a mulher sofre violência, ela vem, de onde for, e terá abrigo nessa Casa Abrigo, que está na Vila Mariana. É claro que seria melhor se pudéssemos ter uma na Brasilândia, outra na Itaquera, outra no Capão, mas não temos os recursos para tanto.

Daniel, o que são os 800 milhões dos recursos naturais? É o programa de mananciais. No programa de mananciais, os recursos que são destinados a todas as ações que estão envolvidas, são considerados como recursos gastos nessa área de preservação dos recursos naturais.

Com relação ao horário da audiência, fomos convocados para esse horário. Foi a Câmara que organizou e também não sabemos quais seriam as outras possibilidades.

Você se referiu a vários temas, mas vou me referir só a um. Com relação à questão do Hora Certa, o Hora Certa não é um marketing. Ele é um equipamento. Já temos alguns equipamentos da rede Hora Certa funcionando. Isso é confundido, muitas vezes, com uma outra iniciativa que se tomou que é, por exemplo, ligar para os municípios que marcaram consulta e confirmar sua presença ou não.

O Hora Certa é um equipamento que faz pequenas cirurgias com hora marcada etc.

Com essas iniciativas, conjuntamente, a fila de várias e várias ações ou intervenções na Saúde que vinha crescendo numa média de 25% ao ano, agora, está se reduzindo.

Então há uma atuação firme e forte do Secretário José de Filippi nessa direção de reduzir as filas da Saúde.

Agora, o Hora Certa, Marta, é um equipamento específico, tem uma finalidade específica.

Cleide, você fala da Lapa, enfim, realmente tem essa questão das Casas de Cultura – Cultura ou é Subprefeitura – mas tocou num ponto que são as emendas. Essas emendas, veja, é o caso de se conversar com a Secretaria de Relações Governamentais e solicitar o descongelamento. Se a emenda existe, não haverá problema para que ela seja executada. Mas daí tem de se conversar, primeiro, com o Subprefeito, procure-o e pede para ele conversar na Secretaria de Relações Governamentais. Depois, a Secretaria faz a ponte conosco para que possamos liberar o recurso.

Socorro, sobre a questão do idoso. Vou repetir: foi uma demanda muito forte nas audiências do Programa de Metas, nós aumentar, quer dizer, já tínhamos programas de ações para os idosos, mas não tínhamos incluído no Programa de Metas.

Nós, não só incluímos, como ampliamos vários equipamentos adicionais para os



idosos e construímos um objetivo inteiro para o idoso. Dos 20 objetivos estratégicos que constituem o Programa de Metas, um deles é exclusivamente de atenção ao idoso.

Essa foi a resposta que demos a uma demanda generalizada na Cidade em todas as Subprefeituras, em todas as audiências pelas quais nós passamos e que onde houve essa demanda forte por ações de atenção ao idoso.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** – Não, está sendo executado sim.

Que mais? Há questões que não me cabem responder, como é o caso da Subprefeitura que ainda está sem Subprefeito. Cadê a moça da Mooca? Está ali.

Isso, realmente, escapa da minha alçada.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** – Sim, mas essa questão do funcionamento dos conselhos participativos – foi bom até você ter me interrompido, pois esqueci de falar algo -, a Secretaria de Relações Governamentais, que é a que faz a coordenação dos conselhos participativos, junto com a Secretaria de Subprefeituras e mais a Sempla, se reunirão, justamente, para organizar essa participação dos conselhos, não só nas questões de orçamento e planejamento, mas também em outras questões das Subprefeituras. Isso para ter uma atividade mais intensa com as Subprefeituras.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** - Pois é, então, eu sei, mas a questão específica da Subprefeitura da Mooca foge à minha alçada te responder.

O Hospital de Brasilândia está no Programa de Metas e está prevista sua construção. Não houve nenhuma...

De um modo geral, e aí respondendo já algumas perguntas, principalmente, do Vereador José Police Neto: o que vamos deixar de fazer.

Tentaremos não deixar de fazer nada. O que vamos fazer é tentar reduzir ainda

mais os custos; tentar melhorar ainda mais a gestão.

No ano passado, por exemplo, economizamos cerca de 800 milhões com reduções de contratos.

Então vamos apertar ainda mais o cinto na manutenção das despesas correntes para sobrar recursos para as despesas de capital.

Agora, é claro que algum corte tem de ser feito. Enfim, vamos procurar dimensionar os cortes de modo a afetar o mínimo possível a população.

Com relação ao acompanhamento do que está acontecendo com os recursos e com o orçamento, eu gostaria de lembrar e sugerir a todos, inclusive, que temos um site que se chama Planejasampa. É só colocar no google Planejasampa, que vocês serão enviados diretamente para o site e, lá, temos várias notícias e informações sobre todas as Peças Orçamentárias e toda a nossa atividade de planejamento e orçamento dentro da Secretaria. Temos também o acesso do monitoramento do Programa de Metas.

Daí, temos: meta por meta; projeto por projeto; com mapas; com a informação sobre o custo da meta; quanto já foi executado, seja percentualmente, seja em valores.

Então é uma disponibilização de informações numa iniciativa que pretende, justamente, contribuir com um dos objetivos do próprio Programa de Metas que é a questão do aumento da transparência da gestão municipal.

O Ricardo falou sobre a biblioteca. Ela não está aqui, mas essas questões são pontuais que podemos levar para o Secretário de Cultura e, certamente, será encontrada uma solução.

Vereador Aurélio Nomura, sobre o extraorçamentário, o Secretário Antonio Paulo vai lhe enviar uma explicação do porquê desses números.

Só uma observação, o senhor disse como é que os recursos do PAC vão sair se não há renegociação da dívida, mas eu lembraria que uma coisa não está atrelada à outra.

O que está atrelado à questão da dívida são recursos do PAF. Na nossa previsão,

nem previmos recursos do PAF, porque não sabemos se a dívida será renegociada ou não.

Vamos lutar para que seja renegociada. Continuamos lutando, fazendo gestões junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, mas se ela não for resolvida, não teremos espaço para recursos do PAF.

Mas o PAC não está atrelado à questão da resolução da dívida.

Sobre a Educação, eu diria que, de fato, o que aconteceu foi o seguinte: o espaço da Educação, hoje, está aumentando na proporção em que retiramos os inativos daqueles 25%.

Fizemos um acordo com o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas permitiu que, ao longo de 5 anos, fosse, paulatinamente, retirando o pagamento de inativos dos recursos da Educação, dos 25% constitucionais que temos de gastar em Educação, e, com isso, vai aumentar o espaço da Educação e não reduzir.

*Superávit financeiro já respondi.*

Concordo com o muito da fala do Vereador Laércio Benko. Acho que, enfim, a questão de ter essa pressão tão grande em cima da Prefeitura de São Paulo – e dessa gestão e desse Prefeito – não é por acaso. Tenho certeza absoluta que se fosse qualquer outro Prefeito menos comprometido com os princípios com os quais esse Prefeito está comprometido, não haveria essa verdadeira caçada, verdadeira guerra sem tréguas, aos projetos do Prefeito Fernando Haddad.

Acho que é isso. Não sei se tem mais alguma coisa para falar.

Vereador Paulo Fiorilo, sobre a questão da reserva de contingência, podemos discutir.

E, para encerrar, a questão do Programa de Metas, quero dizer que há uma previsão de discussão com a população de uma repactuação das metas.

Então, nesse caso, poderíamos, por exemplo, tentar incluir o próprio Programa Braços Abertos, a manutenção ou o desenvolvimento dele, como uma meta.

Porque ele não foi incluído. É que, na realidade, a política estava sendo desenhada ainda quando temos de apresentar muito rapidamente o Programa de Metas – são 90 dias a partir do momento que sentamos à cadeira e começamos a gestão. Fizemos esse programa em 80 dias, na realidade, dia 26 de março já estávamos apresentando a nossa proposta para o conselho da Cidade.

Então não foi incluído. Quer dizer, se construiu, acabou de se costurar a política, a *posteriori*, por isso não entrou. Mas, no próprio Programa de Metas, há a previsão de repactuação.

Então algumas coisas podem vir a mudar se a população assim julgar conveniente. É isso. Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado, Sra. Secretária. Pergunto ao representante da Secretaria das Finanças se ele quer se manifestar.

**O SR. ANTONIO PAULO VOGEL** - Falarei bem rápido, vou responder ao Vereador Paulo Fiorilo com relação às premissas utilizadas para a previsão da Receita.

Com relação ao PIB, taxa Selic e inflação, utilizamos, como parâmetro o Relatório Focus do Banco Central. Foi o relatório de meados de março. A previsão de crescimento do PIB, para 2015, estava em torno de 2,03, é 2,03% exatamente, e, agora, já em abril, a última que saiu – 17 de abril – já está um pouco menor, 2%.

Enfim, esse foi o número que utilizamos. Estamos bastante otimista tendo em vista as previsões feitas mais recentemente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado. O representante do Tribunal de Contas gostaria de se manifestar.

**O SR. MAURO MASSAHIRO CHOSA** – Não. Nada a acrescentar. Somente parabenizar a apresentação da Secretária Leda. Agradecer a participação de todos. Desejo uma boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Muito obrigado. Agradecemos a todos os

presentes. Boa tarde a todos.

Estão encerrados os trabalhos.